

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

11

天十廿三廿廿一
廿廿廿廿廿廿廿廿

de resposta aos pedidos lancinantes dos correspondentes asiáticos não deriva da incompreensão ou incúria do faraó, mas simplesmente da maneira de ver os direitos e deveres de senhor e vassallos, unilateral (só deveres dos vassallos e direitos do faraó) no entendimento egípcio, bilateral na teoria e praxe da Ásia – pactos escritos de vassalagem, como direitos e obrigações mútuos – (pp. 39-40). Importante para o estudo da diplomacia, mas menos directo para a história política, é a descrição do formulário epistolar (pp. 48-59). O Autor anota por fim os seus critérios de versão e das suas dificuldades: como norma traduz o mesmo vocábulo acádico sempre pelo mesmo termo italiano e tende para uma certa desdramatização da situação histórica (p. 60).

Notável é igualmente a «Introdução» ao volume II, em que o Autor reafirma as ideias sobre o prestígio e o interesse como móbil das relações internacionais e sobretudo da sua apresentação ao auditório («tributos» para consumo interno são simplesmente trocas comerciais com o estrangeiro). Importantes para a história da diplomacia são a troca de mensagens e embaixadores, as negociações e rupturas, o contencioso legal. Contra a opinião da generalidade dos historiadores da diplomacia, que chegam a ver o seu início no Congresso de Viena se não na fundação da Sociedade das Nações (p. 322), importa recordar que não se pode limitar o seu estudo ao mundo moderno e que «parece hoje claro que na época de Amarna estava em formação um verdadeiro e próprio “sistema” de relações internacionais; mas que esse sistema respondia (obviamente) às suas normas e não às dos séculos futuros» (p. 323). Nem se pode dizer que aí começasse a diplomacia, que já tinha perto de um milénio (as cartas de Mari, do século XIX-XVIII a. C., são disso claro testemunho).

A exaustiva bibliografia consultada e indicada nas notas de rodapé e na introdução a cada carta, a leveza de estilo na versão e a redução das notas filológicas ao mínimo indispensável fazem desta Obra cómodo instrumento de trabalho para o especialista e mina de informação para o leitor comum.

José Nunes Carreira

VOLKMAR FRITZ, *Die Entstehung Israels im 12. und 11. Jahrhundert v. Chr.* (Biblische Enzyklopädie, 2), Kohlhammer, Stuttgart 1996. ISBN 3-17-012331-9

De uma série intitulada «Enciclopédia» a única novidade que se pode esperar é a da forma da apresentação, supostos que são os con-

teúdos. A Obra em apreço responde excelentemente à expectativa: estado actual da investigação sintetizada com grande clareza e forma original de a apresentar, denunciando naturalmente os interesses próprios do Autor.

O especialista de Antigo Testamento aparece nas Partes I (pp. 7-62: «A imagem bíblica da época») e III (pp. 179-209). O arqueólogo com largos anos de estudo e prática na Universidade Hebraica de Jerusalém mostra o seu pendor na Parte II (pp. 63-178: «Reconstrução histórica da época»). Ambas as facetas e seu desenvolvimento satisfazem o especialista, ao mesmo tempo que respondem a dúvidas e interrogações de um público mais vasto.

Anteposta uma cronologia das idades da pré-história e da história do Egipto (a única potência oriental que nos sécs. XII-XI a. C. esteve em contacto com a Palestina), passam-se quatro quadros da «história» bíblica numa leitura superficial de sete páginas (mesmo assim, introduzindo subrepticamente a questão do Pentateuco *versus* Tetrateuco e a «História Deuteronomista» p. 13), passando à crítica literária desses blocos na mais desenvolvida «contra-questão» («Rückfrage», pp. 17-62). Aqui se refere com toda a justeza que nos livros de Josué e Juízes a historiografia se entende como apresentação do devir histórico em quadros isolados e plásticos, preenchendo os intervalos com pequenas notícias e listas. «A intenção do historiador bíblico é assim clara: no acontecimento isolado põe-se em linguagem a história como acontecimento e resultado do agir de Deus» (p. 18). Aceita-se a «História Deuteronomista» com a generalidade dos críticos e apresentam-se as duas hipóteses actualmente dominantes (dois blocos cortados verticalmente ou três camadas horizontais sobrepostas e fundidas), sem tomar partido. Face aos textos aramaicos de Tell Der 'Alla, do séc. VIII a. C., em que se fala de um Balaão, filho de Peor, conclui-se que «com a tradição de Balaão foi tomado e transformado material estrangeiro» (p. 24). A narrativa da serpente de bronze (Nm 21,1-3) é uma etiologia sobre o culto deste ídolo do templo de Jerusalém (p. 26). Com *Josué e Juízes* começa uma história de mais de cinco séculos. Põe muitos problemas, mas não se pode dizer que a «proto-história de Israel seja pura ficção» (p. 58). Esses problemas são enunciados e tentativamente resolvidos na Parte II, a mais importante para os leitores da *Cadmo*.

A cronologia da «História Deuteronomista» tinha sido bem determinada por M. Noth, numa perspectiva literária, chamando embora a atenção para números redondos (20 e 40 anos) não fiáveis. «Não se pode tirar uma cronologia do período pré-monárquico a partir dos dados da História Deuteronomista» (p. 64). O único recurso é a cronologia das XIX e XX dinastias (p. 65, a de E. Hornung) e das idades arqueológicas

do Bronze Médio II (1500-1200) e sobretudo Bronze Recente (1500-1200) e Ferro I (1200-1000).

Não é fácil encontrar numa «História de Israel» descrição tão exímia do novo povoamento da Palestina entre 1200 e 1000 (Ferro I), com mapas das antigas e dos novos povoados, desenhos de cidades, plano e plantas de edifícios, enumerando várias formas de povoamento e organização das aldeias, assinalando os casais. Impressiona o surto de novos povoados. No fim do Bronze Recente, na Galileia havia poucas cidades na orla das planícies ou nos planaltos. No Ferro I reconstruíram-se 9 cidades em ruínas e fundaram-se 42 novos povoados. Na Transjordânia, os povoados passam de 15 (Bronze Recente) a 73 (Ferro I). Se a instalação e organização do que mais tarde se chamou conjunto de doze tribos e «Israel» se deu nessa época, não se podem ignorar estes dados fornecidos pela arqueologia. Segue-se a secção «forma económica e estrutura social» (pp. 92-97), lugar propício a apresentar o calendário agrícola de Gezer (seis pares de meses), o mais antigo documento da epigrafia hebraica. Não falta a descrição mais pormenorizada de alguns povoados, a forma de povoamento, a estrutura económica e social, a escrita – em suma, uma síntese da situação arqueológica da Palestina da época.

Assentes os pés na terra assim exposta, podem formular-se hipóteses. Como se terá dado a instalação («Landnahme») das tribos ou populações que mais tarde formaram «Israel» (as aspas são minhas)? Qual a origem dos habitantes dos novos povoados? Qual a relação das novas gentes com a «entrada na terra prometida» suposta pelas narrativas bíblicas? Qual o contributo dos nómadas e dos Hap/biru?

Para começar, é positivo terem-se reduzido os modelos teóricos a dois: infiltração lenta e pacífica, com sedentarização de nómadas que viviam da pastorícia (A. Alt, M. Noth) e revolução do campo contra a cidade (G. Mendenhall, C. H. J. de Geus, N. Gottwald), em que entrariam os *hab/piru*. Foi bom ter eliminado o modelo da «conquista» mais próximo da narrativa bíblica, a que recorreram arqueólogos como W. F. Albright e discípulos e que hoje só convencerá conservadores e fundamentalistas. As destruições das cidades cananeias do fim do Bronze Recente não têm nada a ver com as pretensas conquistas de nómadas vindos da orla do deserto.

De facto, como nota justamente o Autor, a arqueologia é determinante (p. 110: «Prüfstein») para julgar os modelos teóricos. Por este crivo, tanto o modelo da infiltração como o da revolução deixam perguntas graves em aberto. A infiltração (para além de não ter em conta o nomadismo interno, acrescento eu) não explica o colapso das cidades-estados nem a necessidade da sedentarização. Contra o modelo da

revolução estão os dados arqueológicos: a cultura dos povoados da Idade do Ferro não continua a cultura urbana do Bronze Recente.

Sejam os habitantes dos novos povoados descendentes dos cananeus (a maior parte dos autores) ou grupo étnico de identidade própria (I. Finkelstein), para o Autor a melhor solução é aproveitar o modelo da infiltração e excluir o passado nomádico (externo) dos novos habitantes. Com isso cai a teoria bíblica da *tabula rasa* em que as tribos (que ainda não existiam como tais) avançaram sobre Canaã a ferro e fogo, instalando-se no lugar dos populações que aniquilaram. «A Bíblia está fora de questão como fonte histórica da instalação» (p. 110). Que houve migrações de nómadas rumo à setendarização, prova-o a história dos Arameus. Com o colapso do império hitita por volta de 1200 a. C., as tribos aramaicas vieram do deserto, instalaram-se nas terras arábeis da Síria do Norte e fundaram vários reinos centrados em cidades. «Esta passagem de tribos nomádicas à sedentarização e a formação de cidades-estados de cunho próprio no horizonte respectivo de determinado povo permanece ainda largamente no escuro, à falta de fontes; mas representa indubitavelmente uma analogia para os fenómenos do Levante do Sul » (p. 116).

A origem dos habitantes dos novos povoados continua a ser matéria de debate. Sendo improvável a fundação dos novos povoados por ex-cidadinos, restam dois grupos conhecidos das fontes: *hapiru* de Canaã e nómadas Shasu, vindos do Sul (pp. 120-121). Sendo assim, a ligação às migrações aramaicas, defendida por outros historiadores, seria de mera coincidência temporal. O que deixaria de explicar o sentimento de afinidade que unia Israel aos Arameus (Dt 26,5: «meu pai era um arameu errante», entre outros lugares).

Sobre a vida das tribos antes da monarquia não se pode dizer muito, «porque não existem fontes à disposição» (p. 121). O único texto bíblico desta época (p. 122) seria o cântico de Débora (Jz 5), que só menciona dez tribos (faltam as tribos do Sul, Judá e Simeão). O sistema das 12 tribos, do tempo da monarquia avançada, não passa de uma «ficção». Com isso cai automaticamente a hipótese da anfictionia israelita, ainda há quarenta anos acarinhada com tanto êxito que chegava a ser confundida com tese.

Como se vê, a Obra satisfaz largamente a exigência do biblista, do arqueólogo e do historiador. Há obviamente pormenores menos convincentes. Assim, não creio que o nome «Israel» se tenha tornado «durante a monarquia... autodenominação do povo» (p. 75). Só os *deuteronomistas* (séc. VII-VI) utilizaram ideologicamente esse termo para o conjunto do povo. Historicamente, nem sequer no tempo do reino unido de David e Salomão houve um reino ou um povo de «Israel». Conjunto

populacional mal definido na estela de Merenptah (1208 a. C.), «Israel» foi nome oficial do reino do Norte, até ao seu colapso em 722 a. C. É verdade que a instalação terá criado um povo com algum sentimento de unidade a partir de elementos diversos (p. 121); só não vejo por que razão se refere neste contexto «Israel» da estela de Merenptah. Pode criar a impressão errada de que esse povo se considerava «Israel».

Duvido que a legislação do Deuterónimo suponha o «monoteísmo como realidade histórica» (p. 136), por monoteísmo se entender como «reconhecimento e culto exclusivo de um único deus» (p. 137). E se fosse simplesmente henoteísmo e monolatria, mesmo assim teóricos? Afinal, afirma-se mais abaixo: «Ao lado de Javé são atestadas outras deusas e outros deuses, de modo que tem de concluir por um pluralismo do culto de Deus em Israel, que se pode considerar politeísmo» (p. 138). Talvez sejam falhas de precisão redactorial de uma Obra excelentemente concebida e realizada.

José Nunes Carreira

KLAUS KOCH, *Die Profeten I: Assyrische Zeit* (Urban-Taschentücher 280), Kohlhammer, Stuttgart ³1995; 288 pp. ISBN 3-17-013678-X

Como explica o Autor no Prefácio, a confusão instalada nos estudos bíblicos nos anos 90 «exigia uma reformulação» da nova edição, tornando inevitável em certo número de lugares «um confronto crítico expresso com interpretações diferentes». O que levou a extensão acrescida e amplidão exegética.

Deste modo, temos uma visão sintética, crítica e actualizada da investigação e discussão científica dos profetas do período assírio, os indiscutíveis do século VIII a. C. (Amós, Oseias, Miqueias e Isaías) e os não tão fáceis de ordenar cronologicamente Naum, Sofonias e Joel, que o Autor coloca «no fim da época assíria» (p. 261). No último grupo é Joel que atrai mais a atenção, sobretudo porque «na ciência veterotestamentária se tende hoje para declarar “apocalíptica” uma tão grande viragem na esperança de futuro e por isso situar o livrinho no tempo pós-exílico, à volta de 400 a. C. ou ainda depois». A verdade o derrame de espírito de Deus nunca aparece na literatura apocalíptica e o mesmo se diga da ideia do «dia de Javé», que só é atestada nos séc. VIII-VI a. C. (p. 269).

Cada livro profético é apresentado nas seus blocos e ideias mais significativos, quando necessário com a inserção na história (política, social e económica) e na história da religião do seu tempo. Uma página